ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2006

ACTA Nº 10

Aos vinte e cinco dias do mês de Setembro de dois mil e seis, pelas 21,20 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Informação da Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº. 1 do art.º. 53 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro.

2 – Medidas Preventivas no âmbito dos empreendimentos turísticos no Concelho por motivo do processo em curso de Revisão do Plano Director Municipal

3 – Redução da Taxa do IMI no Centro Histórico de Palmela

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Victor Manuel Barrocas Borrego e pelos Secretários Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores e Simplício Joaquim Guerra Piteira.

Feita a chamada verificou-se a falta de:

- Sr. Luis Miguel Calha da CDU
- Sr. Domingos Rodrigues da CDU
- Sr. Engº. Carlos Alberto Martins do PS
- Sra. Dra. Carla Sofia Oliveira do PS
- Sr. Faustino Santos do PS

Sra. Dra. Carla Sofia Oliveira do PS, inicia participação nos trabalhos pelas 21,25 horas.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Iniciando os trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** informa que:

- Sr. Luis Miguel Calha, justificou falta à sessão de hoje, em virtude de se encontrar a prestar assistência ao seu filho, tendo a mesma considerada justificada.
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues, justificou falta à sessão de hoje, por motivos profissionais, tendo a mesma considerada justificada. Fez-se substituir por Sr. José da Conceição Pato que se encontra presente.
- Sr. Engº. Carlos Alberto Martins, justificou falta à sessão de hoje, por se encontrar ausente no estrangeiro, tendo a mesma sido considerada justificada. Fez-se substituir pelo Sr. José Manuel Silvério que se encontra presente.
- Sr. Carlos Guinote do BE, justificou falta à sessão de 30/06/2006, tendo a mesma sido considerada justificada.
- Sr. Carlos Miguel Vitorino, justificou falta à sessão de 30/06/2006, tendo a mesma sido considerada justificada.

De seguida, informa que em virtude do Sr. Sérgio Almeida ter renunciado ao mandato de Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo será necessário proceder à sua substituição na Assembleia Municipal. Deste modo irá ser substituído pelo Sr. Dr. Valentim Rodrigues Pinto que se encontra presente e irá tomar posse. De imediato procedeu-se à tomada de posse e assinada a respectiva acta que ficará apensa à presente.

Solicita à Assembleia a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

Agradece a presença do público presente e aproveita para informar que, uma vez que se trata de sessão ordinária, haverá seguidamente um período destinado à sua intervenção.

Sr. Presidente da Mesa pergunta se algum munícipe quer intervir.

Não havendo intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** dá por terminado o período de intervenções dos Munícipes, iniciando-se de imediato o período de Antes da Ordem do Dia dando a palavra aos Membros da Assembleia Municipal que queiram intervir.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, apresenta cumprimentos aos presentes.
Em nome da bancada do Partido Socialista congratula-se pela forma favorável e positiva como tem evoluído o estado de saúde da Sra. Presidente da Câmara, fazendo votos sinceros de a tornar a ver rapidamente nesta Assembleia.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, apresenta cumprimentos aos presentes.
Diz que tem apenas duas questões muito breves, e é pena que hoje na bancada da CDU não esteja o Sr. Domingos Rodrigues porque gostaria de ver comentado um certo despedimento sem justa causa ao que parece ocorreu com alguém que até já trabalhou nesta Câmara durante muito anos, que aconteceu na vizinha Câmara Municipal de Setúbal.

A outra questão tem a ver com a escola primária nº. 2 de Pinhal Novo. É uma escola que fica próxima do Modelo e que necessita cuidados, porque as crianças não têm um espaço verde para brincarem. Pede uma atenção especial a esta escola, porque no nosso Concelho existem escolas que são das melhores que há no país enquanto há outras que mereciam uma particular atenção.

Sr. Faustino Santos do PS, inicia participação nos trabalhos pelas 21.35 horas.

Sra. Dra. Carla Oliveira do PS, apresenta cumprimentos aos presentes. Inicia a sua intervenção lendo o seguinte texto:

"Não quis perder esta oportunidade de mostrar a minha felicidade por finalmente o Governo PS ter conseguido chegar a um acordo com as demais forças políticas, de modo a marcar um novo Referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez.

Os dados mostram a razão da minha felicidade:

Em Portugal realizam-se todos os anos 20 a 30 mil abortos ilegais resultando em graves complicações para pelo menos 5000 destas mulheres; estamos a falar de ¼ dos casos.

Em 2002 deram entrada nos hospitais públicos 11000 mulheres com complicações pós aborto.

Nos últimos 6 anos 9000 mulheres foram a Espanha fazer um aborto.

Como sabem em Portugal o aborto voluntário é uma prática punida por lei com uma pena até 3 anos de prisão, sendo permitido apenas em 3 situações:

- Quando a gravidez resulta de uma violação;
- Quando há malformação do feto;
- Ou quando a mulher alega não ter condições monetárias ou outras para manter com dignidade e criança.

Em 1998 foi realizado um referendo à população portuguesa, no qual apenas 31% dos eleitores cumpriram o seu dever cívico. Com esta participação o referendo tornou-se inválido à luz do nosso regime jurídico.

Assim perante todos estes factos faz sentido que o novo referendo seja marcado o quanto antes. Já não é sem tempo que se dá à população portuguesa uma nova oportunidade de seguir a tendência da maior parte dos países da Europa e permitir que as mulheres que fazem até agora abortos ilegais o possam fazer de forma segura e sem riscos para a sua própria saúde.

A lei portuguesa neste sentido não é mais do que o querer tapar o sol com a peneira. Os abortos não deixam de acontecer só porque são ilegais.

A população portuguesa sabe disto, e acredito que se tem culpado pela fraca participação no referendo de 1998, acredito que nesta segunda oportunidade irão dar a sua opinião e também acredito que será uma opinião favorável ao bem estar das mulheres que tomaram a difícil decisão de interromper uma gravidez.

É óbvio que esta não poderá ser uma medida única e que é necessário reforçar os meios de prevenção. Para isso temos que desenvolver a educação sexual, que hoje já existe nas escolas portuguesa e temos que ensinar as mulheres portuguesas a usar os meios contraceptivos que têm à sua disposição. Temos que consciencializar as mulheres de que não podem ter relações sexuais desprotegidas.

Também penso que aqui, apesar de ainda haver um grande caminho a percorrer, já o iniciamos.

Não se pretende a banalização do aborto, pretende-se que em último recurso ele seja realizado, não se trate a mulher que o decidiu fazer como criminosa, ninguém faz um aborto de ânimo leve e a mulher que abortou já se deve sentir suficientemente mal por ter que o fazer.

Assim fico contente por termos esta segunda oportunidade de mostrar a nossa opinião relativamente a um tema tão controverso mas com uma grande importância para o bem-estar de muitas mulheres portuguesas."

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, dada a importância da questão em apreço, solicita que a intervenção de Carla Oliveira seja transformada em Moção.

Sr. Presidente da Mesa, diz que não vê qualquer inconveniente pelo que propõe a admissão da Moção tendo sido admitida por unanimidade com 25 votos a favor (14 da CDU, 6 do PS, 4 do PSD e 1 do BE).

Sr. Dr. Álvaro Amaro da CDU, apresenta cumprimentos aos presentes.

A sua intervenção tem a ver com duas razões. A primeira é que se congratula por um assunto desta importância vir à discussão apesar de ter uma opinião diferente. Acha que não seria necessário o Referendo em virtude do Partido Socialista ter uma maioria na Assembleia da República e por haver outros partidos que defendem a despenalização da interrupção voluntária da gravidez.

A outra questão, caso não seja alterada leva-o a ter uma posição de desacordo e eventualmente não votar a Moção, é sobre a referência da existência de educação sexual nas escolas. Enquanto professor, e apesar de no âmbito da formação cívica colocar alunos a reflectirem sobre a matéria, considera que não existe educação sexual nas escolas.

Crê que valeria a pena retirar um ou outro aspecto, que lhe parece mais de propaganda do que de princípio, para podermos todos tornar esta questão mais unânime.

Sr. Carlos Guinote do BE, diz que o Bloco de Esquerda tem-se batido intransigentemente pela despenalização do aborto, mas não seguiu a posição do PCP por ter reconhecido que o PS não estava interessado em resolver o problema na Assembleia da República. Há muito que se batem pelo Referendo e ainda bem que o Referendo vem e que as mulheres são libertadas deste pesadelo.

Sr. Dr. Álvaro Amaro da CDU, diz que numa matéria de enorme responsabilidade como esta, e para votar uma Moção em consciência, deveriam ter sido distribuídas cópias antecipadamente.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, diz que teriam todo o gosto em entregar fotocópias mas os senhores membros viram que a Moção surgiu depois da intervenção. Foi admitida à discussão, foi discutida e vamos proceder à votação.

Sr. Presidente da Mesa, coloca a Moção à votação tendo sido aprovada por maioria com 11 votos a favor (6 do PS, 4 do PSD e 1 do BE) e 14 abstenções da CDU.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, apresenta cumprimentos aos presentes.

Associa-se aos votos do Dr. Miranda Lemos sobre o estado de saúde da Sra. Presidente da Câmara, pessoa por quem tem muita estima.

De seguida refere que este novo ano político se inicia com baixas expectativas por parte dos portugueses, que aparentemente estão conformados e resignados com a situação actual. Temos ouvido muito discurso, mas em matéria económica uma grande ineficácia das medidas tomadas. A Europa cresce a uma taxa elevada superior a 2,5% ao ano, Portugal cresce previsivelmente a uma taxa de 1% abaixo da Europa. Ou seja continuamos a convergir por baixo com os países da União Europeia. Vê uma grande indiferença dos cidadãos perante o que se está a passar, seja em termos de reformulação de direitos adquiridos, e uma aliança clara entre o poder político e dos media.

Em Palmela há um aspecto de pormenor, mas extremamente importante, que gostaria de referir com muita satisfação. É o facto de se ter passado um verão sem fogos florestais. Um verão sem acidentes graves neste Concelho e congratulo-mo, e felicito, todos os agentes da protecção civil em Palmela pela passagem pacata deste verão que revela um bom planeamento, uma boa prevenção. Termina dizendo que devemos criticar as coisas deficientes mas também devemos referir as coisas que correram bem.

Sr. Carlos Guinote do BE, aproveita o ensejo para em seu nome pessoal, e do Bloco de Esquerda, também desejar os votos de boas melhoras à Sra. Presidente da Câmara que concerteza sairá vitoriosa deste combate que tem vindo a travar.

Referindo-se ao Sr. Presidente da Assembleia é como muito agrado que verifica a forma como tem dirigido a Assembleia.

Em relação ao País constata que, pelo Governo, foram tomadas medidas penalizadoras que atingem sempre os mesmos a nível da saúde, segurança social bem assim como os problemas do desemprego. A visão do Bloco de Esquerda não é a mesma em relação à segurança social, porque pensamos que os descontos deverão ser em função dos lucros das empresas e não do número de trabalhadores.

Neste período, e a nível internacional, tivemos também o problema do médio oriente. Verificamos a arrogância de Israel por não querer trocar dois prisioneiros que eram soldados do ocupante, tanto em Gaza como no Líbano, fez-se a miséria que se fez no Líbano.

De imediato apresenta uma Moção, que ficará apensa à acta, dispensando a sua leitura uma vez que foi distribuída pelas bancadas. No entanto queria argumentar o seguinte: é do sentido geral que o homem está dando cabo da terra. E o homem é o homem dos interesses que deram cabo dos rios e riachos, tudo para não gastar dinheiro. A alteração climática é também reconhecida com o efeito de estufa, e mais tarde ou mais cedo alguma coisa tem que se fazer mas há algumas resistências para alterar as coisas. Depois deste preâmbulo, e em relação à Moção, apela aos Srs. Membros do PS para a possibilidade de recuperar os óleos e os solventes por um simples processo de centrifugação ou por destilação. O PSD avançou com os ciberes e o PS deu um passo atrás. As cimenteiras só estão interessadas na co-incineração por causa dos

óleos e solventes. Houve uma espécie de promessa de Sócrates, no tempo do Governo Guterres, para se fazer a co-incineração e agora teima-se na co-incineração quando o caminho seria recuperar o que é recuperável e depois o que não é recuperável co-incenerar. Para terminar diz que o problema é um problema de negócio, porque as sessenta e cinco mil toneladas ao preço de noventa e cinco. A Secil recebe trinta contos por tonelada o que é à volta de dois milhões de contos. Não gasta combustível e nesse combustível poupa três milhões de contos aproximadamente, por alto temos um negócio de cinco milhões de contos. Por isso é que as cimenteiras estão interessadas na queima dos óleos e solventes.

Gostaria de saber como é que PS com essa possibilidade de recuperação dos produtos insiste na queima dos óleos e solventes.

Por fim espera que o PSD, que está contra a co-incineração, diga em consciência aqui neste local que fazer a destilação ou centrifugação dos óleos e solventes é uma má prática.

Sr. Presidente da Mesa, propõe a admissão da Moção tendo sido admitida por unanimidade com 25 votos a favor (14 da CDU, 6 do PS, 4 do PSD e 1 do BE).

Sr. Engº. Fernando Nascimento do PSD, apresenta cumprimentos aos presentes.

Em relação à Moção diz que o Sr. Carlos Guinote tem toda a razão, porque os ciberes não provocam a combustão dos resíduos e por isso não há libertação de diversas toxinas para a atmosfera. Bastante parte do produto reciclado é recuperável como matéria prima. A Moção está muito bem redigida no ponto de vista do PSD, só peca no final quando refere a possibilidade da co-incineração. O PSD rejeita a possibilidade da co-incineração porque há tratamentos alternativos, há outras soluções melhores para o ambiente e integradas que podem produzir mais valia e não tanta poluição. Ao admitir a co-incineração estamos a admitir o aumento das dioxinas na zona envolvente à Serra da Arrábida. Actualmente está provado que as dioxinas provocam cancro. Não está referido na Moção mas, há que ter em atenção que, o aspecto do transporte destes resíduos é fulcral. Vamos deixar passar na cidade de Setúbal estes transportes com os milhares de habitantes que a cidade tem? Se houver um acidente com um transporte destes na cidade temos uma calamidade a nível regional, se for na serra termos um desastre ecológico. Termina dizendo que aceitam a Moção, mas o sentido de voto irá ser a abstenção porque não aceitam a co-incineração.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, diz que ouviu com muita atenção a última intervenção e solicita informação se o Sr. Fernando Nascimento falou em nome da bancada uma vez que não é o seu líder.

Sr. Engº. Fernando Nascimento do PSD, informa que falou em nome da bancada.

Sr. Dr. Álvaro Amaro da CDU, a posição da bancada da CDU é claramente não à co-incineração na Serra da Arrábida. Concretamente em relação à Moção diz que no corpo destinado aos considerandos e explicações técnicas está bem, mas deixa-nos um pouco apreensivos e decepcionados com as formulações finais. Ficaram com a sensação que o Bloco de Esquerda afinal admite a co-incineração, estando garantido um outro tratamento alternativo para alguns

resíduos, pelo que a dúvida tem que ficar esclarecida. Afinal o Bloco de Esquerda está ou não contra a co-incineração na Serra da Arrábida.

Por outro lado subscreve as explicações e posição do Sr. Fernando Nascimento do PSD que chamou à atenção, e muito bem, para outras alternativas.

Também concorda com Sr. Carlos Guinote quando este refere que o principal interesse desta matéria é uma cedência a interesses económicos em que o principal objectivo é o negócio e fazer andar tudo depressa com pouca discussão. No que respeita aos estudos de impacte ambiental, alguns estão incompletos e outros fora de prazo.

A Moção é oportuna porque tem actualidade, tem considerandos com que concordam mas a parte final deixa alguma apreensão. Importa deixar claro nesta Assembleia Municipal taxativamente um não à co-incineração, sem prejuízo de outras medidas com as quais concordam.

Sr. Carlos Guinote do BE, compreende as questões apresentadas quer pelo PSD quer pela CDU.

No entanto quis ser realista ao apresentar a Moção porque o PS tem a maioria absoluta, tal como em relação ao Referendo. Não tem qualquer problema em alterar a Moção cortando o último parágrafo da primeira página e o ponto quatro. Pensa assim resolver as questões apresentadas.

Há muitos anos que se tem debatido contra a incineração dedicada e depois a co-incineração, fazendo parte do Movimento de Cidadãos pela Arrábida que tem desenvolvido muito trabalho chamando cientistas a Setúbal para discussão do assunto. Espera desta maneira não haver dúvidas sobre a posição do Bloco de Esquerda, que está contra a co-incineração e vão-se debater neste combate.

Sr. Presidente da Mesa, pelas 22,10 horas, propõe a realização de um pequeno intervalo para se proceder à alteração do texto da Moção.

Pelas 22,15 horas reiniciaram-se os trabalhos.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta ao Sr. Carlos Guinote se já alterou a Moção.

Sr. Carlos Guinote do BE, diz que retira o último parágrafo, o ponto quatro e altera a frase que passa a ser "…exija do Governo que garanta a recolha de todos os óleos usados…", e corta também "...admitir que possa haver a co-incineração…".

Sr. Presidente da Mesa, recapitulando o que foi dito pelo Sr. Carlos Guinote diz que na segunda página retira o que está negro e também o ponto 4.

Sr. António José Santos do PS, apresenta cumprimentos aos presentes. Diz que desde pequeno houve dizer que "de médico e futebol todos percebemos", mas há um tempo a esta parte temos que adicionar que de co-incineração todos nós percebemos.

É leigo nesta matéria e por isso tem que acreditar nos cientistas e nas pessoas que sabem, e noutros que não sendo cientistas são experts na matéria.

Recorda por isso algumas afirmações do Prof. José Palma acerca do assunto. Refere ainda a questão da localização da Secil na Serra da Arrábida, questão que por parte dos responsáveis ainda não houve a coragem de por em causa.

Sr. Presidente da Mesa, pede desculpa pelo desabafo que teve mas já ouviu a pessoa aqui referida a defender o contrário do que aqui foi dito.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, diz que não interveio na discussão do tema porque se recorda de ter discutido este ponto numa Assembleia Municipal no decurso da primavera onde o Sr. Dr. Miranda Lemos sugeriu a realização de uma Assembleia Municipal temática dedicada à co-incineração.

Concordam de fundo com a Moção apresentada pelo Sr. Carlos Guinote e estão dispostos agora, após as alterações introduzidas, a votar favoravelmente.

Já ouviu alguns cientistas falarem a favor da co-incineração mas esses cientistas foram os que fizeram parte da Comissão Cientifico-Independente, que de independente teve muito pouco.

De tudo aquilo que tem lido, as opiniões vão contra o processo de co-incineração por ser uma solução ultrapassada e que hoje não tem razão de ser, sobretudo em países com um nível de produção de resíduos perigosos como Portugal que é uma produção pequena que permite outros tratamentos.

Em termos jurídicos há uma Directiva da União Europeia, de há uns anos atrás, que expressamente cataloga oito substâncias perigosas que não devem ser emitidas para a atmosfera e entre elas aparecem à cabeça as dioxinas. Deste modo não vê como é que Portugal, estando na União Europeia, vai com tanta auto satisfação para uma solução que é considerada juridicamente errónea e cientificamente mais que duvidosa. Por tudo isto mantêm uma posição frontalmente contra a co-incineração.

Lembra que a ministra Elisa Ferreira, ministra do Ambiente à altura, esteve frontalmente contra a co-incineração na Serra da Arrábida, pelo facto de uma unidade industrial existente num parque natural poder ser transformada numa unidade industrial que incinera resíduos perigosos o que é uma monstruosidade em termos de território.

É sabido que a escolha da Arrábida tem a ver com o facto de lá morarem poucas pessoas e não há cidadãos suficientes para que politicamente porem em causa o Governo. Já no concelho de Coimbra tem sérias dúvidas em que vá haver co-incineração enquanto na Arrábida, se não houver de facto um movimento dos municípios e dos cidadãos muito forte, irá ser levada até ao fim.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, recorda a sua intervenção de há três mandatos atrás em que pôs em causa uma série de factos que se prendem com a co-incineração. Tem dúvidas de facto no que se refere à co-incineração na Arrábida. Ao longo deste últimos dezasseis anos muito se tem falado da co-incineração, das suas localizações mas não se tem falado dos resíduos perigosos e qual o seu destino até agora.

Ouviu com muita atenção as intervenções feitas anteriormente, mas o que é certo é que no Concelho de Palmela durante todos estes anos têm sido incinerados resíduos perigosos nas

padarias e nos fornos industriais. Também em terrenos de difícil acesso têm sido enterrados resíduos.

Não podemos tapar o sol com a peneira, porque os problemas existem. Concentramos os discursos na co-incineração e voltamos as costas aos outros problemas. Nunca viu aqui nesta Assembleia uma preocupação do que se faz aos resíduos perigosos do Concelho de Palmela.

Em sua opinião, e tal como já referiu em outras ocasiões, seria interessante fazer-se um debate temático com pessoas que sabem destes assuntos.

A questão com que nos devemos preocupar neste momento é qual o destino a dar às toneladas de resíduos perigosos que são gerados diariamente. A solução que o Governo propõe neste momento é a co-incineração e temos que ser realistas e dar um rumo aos resíduos tóxicos.

A sua reserva em relação à Arrábida não é tanto pela co-incineração mas sim pelo transporte dos resíduos perigosos para lá, facto que muito o preocupa uma vez que a estrada de acesso é muito perigosa.

Em termos pragmáticos a bancada do Partido Socialista defende a posição do Governo. Em termos de verdade não podemos fingir que este Concelho está bem, que este Concelho não tem resíduos tóxicos a serem despejados todos os dias e que neste Concelho há pão que é feito em fornos onde os materiais são incinerados. Temos de assumir todos estes problemas.

Por tudo isto o Partido Socialista vai votar contra a Moção.

Sr. Dr. Valentim Pinto da CDU, apresenta cumprimentos aos presentes.

Diz que é um prazer e uma honra poder participar neste órgão pela primeira vez esperando dar o seu modesto contributo.

Relativamente a esta matéria, sobre a qual seguramente nenhum de nós é especialista, e depois de ouvir a intervenção do Sr. Dr. Miranda Lemos que tem algo de populismo, gostaria de dizer que fazer comparações de ordens de grandeza tão diferentes entre ter lenha numa lareira e a queima de resíduos numa unidade industrial, não nos vai fazer sentir com complexos porque se está a falar de ordens de grandeza descomunais. Se dez por cento dos resíduos chamados industriais perigosos não são susceptíveis de regeneração ou de reciclagem, para dez por cento remanescente existem alternativas técnicas que não passam necessária, nem inevitavelmente, pela co-incineração.

Estamos com esta discussão por causa da saúde pública e existem dúvidas contra a saúde pública, o que é razão mais que suficiente para estarmos contra a co-incineração.

Para além das questões ambientais em termos de impacte visual que a serra da Arrábida já hoje tem, com as pedreiras e com a descaracterização que a serra tem, onde complexos turísticos de alta qualidade estão previstos e onde não é um bom caminho para investimentos desta natureza. Se a isto acrescentarmos um projecto de co-incineração desta dimensão, estou preocupado com a dimensão turística mas ainda mais preocupado com as questões de saúde pública dos residentes do concelho de Setúbal e dos concelhos vizinhos. É disso que estamos a falar e essa é que é a questão concreta.

Existem alternativas à co-incineração por essa Europa fora, todas elas discutíveis. Do ponto de vista economicista esta é a mais interessante, porque ela alimenta o próprio processo de fabrico da cimenteira. Nós não temos uma perspectiva economicista, temos uma perspectiva humana e perspectiva de preocupação com a saúde pública.

Termina dizendo que defender a co-incineração não é defender a saúde pública e os senhores não estão a prestar um bom serviço às populações quando defendem a co-incineração.

Sr. Dr. Álvaro Amaro da CDU, diz que mais que um assunto para especialistas é um assunto para os cidadãos e que interessa a todos, independentemente do seu grau de informação, havendo especialistas que defendem teses completamente contrárias nos mais variados tectos político-partidários.

Não o preocupa não ser especialista na matéria, porque é uma pessoa disponível com direito e possibilidade de aprender e conhecer mais sobre a matéria.

Nesta matéria e tratando-se de saúde pública, tratando-se do nosso distrito e de uma zona protegida temos que fazer tudo para encontrar alternativas.

Quanto à intervenção do Dr. Miranda Lemos acha que tentou desfocar o assunto. Todos sabemos que produzimos resíduos e temos que estar alerta e procurar soluções. Não se considera uma pessoa distraída pelo que gostaria de ver confirmadas algumas considerações que foram feitas que são graves, como é o caso das padarias usarem resíduos nos seus fornos.

A proposta que aqui trazem não é a proposta de pôr a cabeça na areia, uma vez que foi referido que existem alternativas, e por isso mesmo passaria a fazer uma proposta de alteração à Moção.

Concordam com a exclusão do último parágrafo da primeira página e propõem que se termine da seguinte forma: "… Face aos considerandos anteriores a Assembleia Municipal de Palmela, reunida a vinte e cinco de Setembro de dois mil e seis, exige ao Governo que:" … mantendo-se o texto dos pontos 1,2 e 3 e o ponto 4 ficaria "…suspenda o processo de co-incineração de resíduos perigosos na Arrábida e invista noutras alternativas técnicas que garantam a saúde e a melhoria do ambiente na região."

Sr. Presidente da Mesa, pergunta ao proponente Sr. Carlos Guinote se aceita esta proposta de alteração.

Sr. Carlos Guinote do BE, aceita proposta de alteração apresentada.

Sr. Presidente da Mesa, não havendo mais intervenções coloca a Moção, com as alterações introduzidas, à votação tendo sido aprovada por maioria com 19 votos a favor (14 da CDU, 4 do PSD e 1 do BE) e 6 votos contra do PS.

Sr. António José Santos do PS, gostaria de deixar algumas notas solicitando à Sra. Vice Presidente atenção às mesmas.

- A estrada que liga à nova escola de Aires, não tem passeios o que dificulta a circulação de peões e aumenta o risco de acidentes;
- Possibilidade de instalação de um circuito de manutenção em Aires, uma vez que é cada vez maior o número de pessoas que circulam na zona fazendo manutenção;
- Gabinetes para os trabalhadores nas oficinas da Câmara, os espaços são os mesmos que há uns anos atrás;
- Em relação ao canil não houve qualquer alteração da situação existente;

- Segundo lhe foi dado a conhecer os trabalhadores do cemitério não têm possibilidade de tomar banho com água quente, pergunta se assim é;

- Qual o destino que é dado às pedras das campas que são levantadas e não são reclamadas pelos familiares;

- Não percebe porque é que a Câmara Municipal não faz convite aos deputados municipais para estarem presentes na eleição da Rainha da Festa das Vindimas. Parece-lhe uma falta de desrespeito para com este órgão, uma vez que lhe é dado saber que há convites feitos pelas Câmara a muita gente que não terá tanta importância no Concelho.

Ao Sr. Presidente da Assembleia pergunta para quando os cartões de identificação, uma vez que no desempenho das suas funções são necessários.

Sr. Dr. Álvaro Amaro da CDU, inicia a sua intervenção pela mesma questão levantada pelo Sr. António José Santos e que respeita ao cartão de identificação. Sabe, por experiência própria na Junta de Freguesia de Pinhal Novo, que é penoso conseguir reunir toda a documentação para se poder dar andamento ao processo, mas não é isso que é relevante. O que pensa deveria merecer a reflexão desta Assembleia, quer a nível da ANMP e ANAFRE, é questionar o porquê do cartão de eleito ter que ser assinado pelo Presidente da Câmara Municipal.

Sr. Presidente da Mesa, esclarece o Sr. Dr. Álvaro Amaro que os cartões da Assembleia são assinados pelo Presidente da Assembleia bem como os das Assembleia de Freguesia.

Sr. Dr. Álvaro Amaro da CDU, diz que está certo em relação aos cartões da Assembleia Municipal. Em relação às Assembleias de Freguesia não faz sentido, uma vez que é uma questão de tutela desnecessária deste órgão sobre outro órgão que tem toda a independência, e merece a reflexão dos eleitos.

Para o executivo municipal gostaria de deixar algumas questões:

- Ficou atónito quando verificou que em notícia publicada no Boletim Municipal sobre a semana da mobilidade, foram excluídas várias iniciativas realizadas em parceria com a Junta de Freguesia de Pinhal Novo;

- Pergunta se este ano vai haver ou não iluminação natalícia e dinamização do comércio local e quanto foi gasto no ano de 2005 no Concelho de Palmela com a iluminação de natal;

- Problema de higiene e salubridade no que respeita à falta de civismo dos detentores de caninos. Deveria ser agilizado um serviço na área de fiscalização com o intuito de disciplinar o uso do espaço público que é frequentemente conspurcado com situações destas. Sem haver intervenção e notificação é difícil contactar alguém, porque há usos e abusos nos espaços públicos que não devem ser tolerados;

- Pergunta se a Câmara Municipal tem intenção de pressionar a REFER para dar solução a um problema de mobilidade que persiste em Pinhal Novo. Tem a ver com o atravessamento do viaduto entre o Largo José Maria dos Santos e a Rua Gago Coutinho. É inadmissível aquilo que continua a acontecer, continuam a haver acidentes, graves, na escadaria com idosos e não só. Para além deste problema há graves problemas de segurança, porque existem apenas três

pequenos projectores a funcionar e os elevadores não funcionam. Têm sido muitos os contactos com a REFER, e os seus responsáveis, e tem que ser encontrada uma saída para esta situação o mais urgente possível. Termina solicitando a máxima urgência na intervenção por parte da Câmara Municipal.

Sr. Presidente da Mesa, em relação aos cartões de identificação diz que têm toda a razão embora nem todos tenham entregue as fotografias. O que aconteceu é que os cartões se esgotaram e estão em execução na tipografia.

Enquanto Presidente da Assembleia Municipal registou com agrado as preocupações dos senhores membros da Assembleia Municipal relativamente ao estado de saúde da Sra. Presidente da Câmara, e quer dizer que ainda há muito pouco tempo falou com ela, que está a correr tudo muito bem e em breve a teremos junto de nós.

Pergunta à Sra. Vice-Presidente se quer responder a algumas das questões colocadas para se poder passar ao período da Ordem do Dia.

Sra. Vice-Presidente da Câmara, apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Agradece e regista a preocupação de todos sobre o estado de saúde da Sra. Presidente da Câmara. Aproveita para expressar publicamente o profundo agradecimento pelas manifestações de interesse, de apoio e carinho que têm chegado à Câmara Municipal por parte de munícipes, instituições do Concelho e outras entidades do Concelho e região.

Tal como o Sr. Presidente da Assembleia já referiu, a Sra. Presidente está a recuperar bem da intervenção a que foi submetida, o período de convalescença está a correr bem e é ainda necessário um período de repouso. Oportunamente regressará ao trabalho onde terá oportunidade de agradecer pessoalmente a todos os que se manifestaram sensíveis e solidáriss neste período difícil.

Relativamente a algumas questões colocadas tem a dizer que:

- Ao Sr. Carlos Vitorino acerca de intervenção e obras na escola nº. 2 de Pinhal Novo , refere que está quase pronto o projecto de alargamento da escola para mais salas de 1º. Ciclo, criação do jardim de infância bem assim como arranjo de espaços exteriores. Aquela escola ficará também uma escola das melhores quando houver possibilidade de executar as obras. A prioridade da Câmara Municipal tem a ver primeiro com as condições de segurança da escola e por outro lado o número de crianças que a frequentam. Neste caso está perspectivado o início da obra para o próximo ano.

- Ao Sr. Dr. Bracinha Vieira, e em relação às palavras dirigidas aos agentes da protecção civil do Concelho, ficam muito felizes com a atitude até porque no distrito de Setúbal houve um nível de resposta mais célere na prontidão ao combate aos incêndios, tendo em conta as medidas de prevenção tomadas atempadamente e que provaram ser eficazes. Uma palavra de apreço aos nossos bombeiros, não só pela sua actuação a nível do distrito como também ao nível nacional na ajuda a outras corporações, respondendo assim aos apelos da protecção civil.

- Ao Sr. António José Santos registou preocupação relativamente ao circuito de manutenção e caminho para a escola de Aires que é um assunto que já está a ser acompanhado. Quanto ao canil diz que passa pela parceria entre a Câmara Municipal de Palmela e Setúbal para um futuro. Enquanto isso não acontece estamos a preparar o alargamento do canil dos armazéns gerais. Em relação às pedras do cemitério existem várias propostas que estão a ser avaliadas. Em relação às condições de trabalho nos armazéns, tem sido uma preocupação constante com a melhoria das mesmas apesar de ainda não estar tudo resolvido. Aproveita para informar que o pessoal que estava na Abegoaria irá mudar para o centro da vila para as antigas instalações do mercado. Já foi construída a serralharia e a oficina de electromecânica nos armazéns. Está em concurso a remodelação dos balneários. Quanto à questão do convite para a gala da eleição da Rainha das Vindimas é uma questão que é da responsabilidade da Associação de Festas e em que a Câmara não intervém uma vez que são entradas pagas. A Câmara não faz convites para a gala embora se possa fazer chegar esta pretensão para o próximo ano.

- Ao Sr. Dr. Álvaro Amaro, Presidente da Junta de Freguesia de Pinhal Novo, é verdade que o boletim municipal não divulgou as iniciativas e pensa ter-se tratado de um lapso que deve ter a ver com algum desencontro de informação que não chegou atempadamente. Vamos procurar que no futuro isto não aconteça. Em relação ao viaduto vão reforçar os contactos junto da REFER para os problemas da iluminação serem resolvidos o mais urgente possível.

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa,** dá início ao período da Ordem do Dia.

1 – Informação do Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº.1 do artº. 53º. da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro.

Sra. Vice-Presidente da Câmara faz a leitura da Introdução ao Relatório da Actividade Municipal.

Sr. Presidente da Mesa, relativamente a esta informação gostaria de dizer, julgando interpretar o sentimento de todos os membros da Assembleia Municipal, que ficam todos muito satisfeitos por saber que foi adjudicada a empreitada das novas instalações da Assembleia Municipal e assim ficaremos todos com melhores condições de trabalho.

De imediato pergunta se alguém tem alguma questão a colocar.

Sr. José Manuel Silvério do PS, apresenta cumprimentos aos presentes e aproveita para dar as boas vindas ao novo Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo.

Relativamente à actividade municipal gostaria de colocar as seguintes questões:

- Pág. 11 – Segurança e Ordem Pública – pergunta se existem ou não planos de emergência, porque as escolas de 1º. Ciclo que conhece não apresentaram planos de emergência e isso é muito importante no início do ano lectivo.

- Pág. 23 – Planos de urbanização – porque é que não aparece o plano de qualificação do centro urbano de média dimensão de Lagameças, o maior da freguesia de Poceirão prometido no programa eleitoral da CDU de 2002/2005.

- Pág. 25 – Novas áreas urbanas clandestinas de génese ilegal – é uma confusão. Pergunta se a Câmara já tem vergonha de falar em clandestinos e na sua inércia de acção arranjou agora um nome pomposo para os retalhos em avos. Não são lotes são terrenos em avos.

- Pág. 27 - Em relação às análises das águas, há uma coisa que o deixa preocupado porque no final de Maio o número global das análises no Concelho, feitas em dois meses, era de setecentas e seis análises tendo sido feitas vinte e duas na freguesia do Poceirão. No final de Agosto aparece novecentas e vinte análises no Concelho, sendo duzentas e duas na freguesia de Poceirão. Fica na dúvida se haverá algum problema com as águas do Poceirão. Estarão os números certos? Quais são os critérios para se fazer as análises? É que se trata de saúde pública, uma coisa tão discutida aqui hoje.

- Pág. 28 – Ecopontos – fica admirado que no nosso Concelho, que é um Concelho verde, não tenha sido colocado um único ecoponto em três meses. Em final de Maio tinha 139 colocados, o mesmo número consta em final de Agosto.

- Pág. 40 – Transportes e comunicações – infraestruturas de acesso à EB 2/3 de Poceirão/Marateca continua em fase de execução de projecto à pelo menos cinco meses. Pretende saber para quando a execução da obra uma vez que a escola está a ser feita.

- Pág. 40 – Intervenções a aguardar garantias bancárias – Execução de demolições coercivas de clandestinos em loteamentos, pede explicação.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, em nome da bancada do Partido Socialista propõe a realização de Assembleias Municipais descentralizadas, nas respectivas sessões ordinárias, e que a primeira seja na freguesia de Marateca.

Sr. Presidente da Mesa, propõe que esta situação se inicie no próximo ano de 2007, dadas as características da última sessão ordinária do ano.

De imediato dá a palavra à Sra. Vice-Presidente da Câmara para esclarecimentos.

Sra. Vice-Presidente da Câmara, diz que não houve nenhuma pergunta, houve algumas considerações e os srs. Membros da Assembleia são livres de as fazer.

Sr. Faustino Santos do PS, apresenta cumprimentos aos presentes.

Diz que está indignado porque no Relatório não são referidas obras na freguesia de Marateca. Apesar de serem obras levadas a cabo pela Simarsul são obras municipais. A obra dos esgotos do Bairro Margaça, apesar do interregno, já está a ser ultimada a 2ª. fase através de um novo estudo. Refere ainda a obra do prolongamento dos esgotos de Fernando Pó que irá ser iniciada. Vai também ser iniciada uma obra que já está adjudicada há muito tempo que é pavimentação da estrada 1038 que liga Bº. Margaça a Fernando Pó.

Por último diz que lamenta que os Protolocos assinados com as Juntas de Freguesia, há cerca de três meses, não estejam a ser cumpridos na sua integra por parte da Câmara Municipal.

Sra. Vice-Presidente da Câmara, diz que as questões referidas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Marateca não constam na síntese por si lida mas fazem parte do Relatório da Actividade.

Sr. Presidente da Mesa, não havendo mais intervenções passa de imediato ao ponto seguinte.

2 – Medidas Preventivas no âmbito dos empreendimentos turísticos no Concelho por motivo do processo em curso de Revisão do Plano Director Municipal

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Vice-Presidente se quer prestar algum esclarecimento.

Sra. Vice-Presidente, solicita autorização para ser o Sr. Vereador José Charneira a esclarecer questões porque é a pessoa que detém o pelouro.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se alguém tem alguma questão a colocar.

Sr. Engº. Fernando Nascimento do PSD, refere que na proposta da Câmara Municipal, na sua introdução, é feita uma alusão ao artº. 8º. do PDM e a seguir conclui "…face à entrada em vigor do Protaml…" Não refere quando é que entrou em vigor o Protaml e isso seria muito importante. Do mesmo modo falar do Protaml sem introduzir e sem esclarecer, pelo menos na planta que foi entregue, qual a faixa que o Protaml considera é muito confuso porque muitos de nós não sabem o que é o Protaml. Seria bom para esclarecimento de todos os membros referir o que é isto, mas caso não o façam pelo menos na planta que foi entregue saber qual a faixa/faixas considera como espaços ecológicos.

Refere-se ainda no terceiro ponto que "…face à recente dinâmica promocional de empreendimentos turísticos os quais se perspectivam já cerca de vinte e cinco mil novas camas…". Em Palmela há actualmente quinhentas camas, falar-se aqui em vinte e cinco mil novas camas é aumentar este número em cinquenta vezes. Pergunta o que é que a Câmara tem de propostas que leve a este número, uma vez que é referido que é a curto/médio prazo. Deveria ser esclarecido como é que estas novas vinte e cinco mil novas camas são conseguidas, ou pelo menos como é feito esta oferta potencial e que curto/médio prazo é este, se é o período em que as Medidas Preventivas estão em vigor ou se será algo mais ou algo menos.

Quando Palmela potencia a promoção turística fazendo alusão a Queijo, Pão e Vinho, quando Palmela trás a esta Assembleia a questão relacionada com os trens de tracção animal, quando Palmela se situa próximo de uma baía considerada das mais belas do mundo, porquê

agora estarmos a avançar com estas Medidas Preventivas neste período de dois a três anos uma vez que os instrumentos no PDM permitem que seja dito claramente pela Câmara não. Ou seja vão-se fazer estudos, segundo as contas feitas são vinte planos de pormenor, relativamente a parcelas potencialmente turísticas deixando de fora grandes blocos de aptidão turística sem definição, nomeadamente a norte e a nascente do Concelho. Basicamente são esclarecimentos que se vêm aqui pretender e se valerá a pena investir em vinte planos de pormenor uma vez que a questão dos loteamentos turísticos está claramente definida no PDM.

Relativamente aos loteamentos turísticos gostaria de referir que na planta está considerado um espaço de ocupação turística que não é. Ou seja está considerado o loteamento em Quinta do Anjo que não é espaço de ocupação turística porque um campo de golfe não é turismo, moradias não são turismo. O que viria dar aqui conotação turística não existe, que seria inicialmente um hotel e infraestruturas que alegadamente para o Euro 2004 seriam feitas e não o foram. Sabem que isto é uma corrida de fundo em que aparece um projecto turístico a servir de lebre e passado os dez mil metros os projectos imobiliários, não turísticos, ganham a medalha de ouro. Esta questão deveria ser acautelada e revista para não acontecer em casos futuros. Não são os planos de pormenor que vão resolver esta situação, poderão ajudar e poderão justificar a actuação da Câmara que actualmente tem as ferramentas todas para proceder a uma análise desfavorável relativamente às pretensões turísticas.

Por último gostaria de saber como está e quantas camas estarão previstas para o loteamento turístico da Barragem da Venda Nova.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, diz que a posição do Partido Socialista em relação a esta questão é conhecida até porque foi feita uma intervenção de fundo pelos Srs. Vereadores em sede própria.

Com estas medidas proíbe-se o investimento turístico e isso está dito na proposta que é de difícil leitura para quem não tem conhecimentos na matéria. Não se consegue compreender como é que se viabiliza grandes empreendimentos como Zambujal, Rio Frio, Palmela Village e a partir daí proíbe-se. Proíbem-se zonas de grande apetência turística que poderiam figurar o que queremos para o nosso Concelho, um Concelho virado para a natureza em que os cidadãos possam comungar de uma forma integrada e fruir em empreendimentos turísticos de qualidade feitos por pequenos e médios empreendedores. Não compreende a filosofia ao permitirem que os grandes empreendedores se implantem no Concelho com os chamados empreendimentos turísticos, que depois são subvertidos, e com as medidas preventivas se proíba o turismo aos pequenos e médios empreendedores, quando têm todos os instrumentos para poderem não proibir mas sim regular.

É uma situação muito preocupante para o Concelho. No entanto a autarquia dá aqui uma clara indicação da forma como se financia, que de facto tem que ser revisto. O Partido Socialista e o Governo, está extremamente preocupado com o financiamento das autarquias, porque permitem e inviabilizam os outros empreendimentos turísticos mas permitem urbanizações a troco das verbas que os urbanizadores dão à Câmara.

Não é isto que o Partido Socialista pretende para o Concelho. Pretende sim um desenvolvimento integrado, harmonioso em que haja fruição de um Concelho, e em que se quer preservada a forte componente rural.

Isto fere a sensibilidade de um cidadão, de um munícipe que vive neste Concelho e não pode em boa mente estar de acordo. Tem a obrigação de se debater por um melhor Concelho para os seus filhos, netos e gerações vindouras.

Termina dizendo que os mecanismos já existem, por isso deve-se regular e não proibir coisas que não devem ser proibidas porque betão para gerar dinheiro, não!

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, em relação à proposta, e tal como foi referido anteriormente pelo Sr. Engº. Fernando Nascimento, têm grandes dúvidas quanto à fundamentação da proposta que consideram muito deficiente.

Em relação ao número de vinte e cinco mil camas gostaria de saber onde foi colhido este número, porque será certamente a soma de um conjunto de pretensões, que a ser verdade é chocante. Compreende, por isso mesmo, a ideia de colocar uma barreira provisória através de medidas preventivas à ocupação de espaços turísticos.

O turismo é a grande aposta estratégica de Palmela, mas tem de ser de facto um turismo de qualidade porque se vamos para um turismo massificado não tem dúvidas que mataria a prazo o turismo de qualidade, e a própria procura turística iria desaparecer.

Em Portugal temos a tendência de irmos dos oito para os oitenta e dos oitenta para os oito.

Sob capa de uma figura que se chama os PIN – Projectos de Interesse Nacional estamos neste momento perante uma tentativa de massificar turisticamente o litoral alentejano, a começar pela península de Tróia.

É seu desejo, e do grupo do PSD nesta Assembleia Municipal, que não se repitam os excessos que estão a ser cometidos em Tróia e que se estão a perpetrar sob a capa de PIN para a herdade do Pinheirinho, Comporta, etc.

Há que saber negociar com os grandes grupos económicos, porque quer as Câmaras quer o Governo português têm a obrigação de conduzir negociações que levem a soluções equilibradas, porque a massificação do turismo sempre com a ideia de que é alta qualidade, como exemplo a Costa do Sol espanhola e em parte da Costa Algarvia.

O exemplo contrário que deveria ser seguido, está completamente esquecido em Portugal, como é o caso de França em que há uma instituição denominada Conservatório do Litoral com financiamento público e privado. O Conservatório adquiriu dois terços do litoral da ilha de Córsega e uma porção grande do litoral de toda a França, e assim o interesse público está salvaguardado.

A conservação da paisagem de Palmela, a conservação dos valores naturais, o território protegido dos predadores são interesses que correspondem aos verdadeiros bens públicos. São bens públicos municipais e nacionais e não podemos deixá-los desaparecer nem que sejam em nome dos altos interesses da economia e turismo, etc., porque, tal como o Sr. Dr. Miranda Lemos disse, é sacrificarmos o futuro a longo prazo para a curto prazo termos mais investimento.

Compreendem as preocupações da Câmara Municipal e partilham delas, só que a forma como as coisas são apresentadas levantam fortes dúvidas.

Além da obediência ao Protaml, além da revisão do PDM estar numa fase muito delicada e sensível não podemos deixar que hajam actuações precipitadas que ponham em causa e hipotequem a eficiência do novo PDM.

Para além disto há um aspecto que é importante, que é o turismo dever ser uma entidade requalificante do território. Há partes do território do nosso Concelho que precisam de requalificação e também aí o turismo podia intervir como um elemento requalificante.

Também queria repisar a necessidade de no futuro se evitarem pretensas ocupações turísticas como o Palmela Village a dar cobertura a grandes loteamentos urbanísticos.

Há que pensar no desenvolvimento equitativo e equilibrado do nosso Concelho, há que limitar áreas naturais sensíveis ambientalmente a proteger, manter a nossa soberba paisagem que é um valor que não pode ser destruído e pensar nisto como um bem público municipal que nós temos o absoluto dever de preservar.

Termina dizendo que compreende a intenção da Câmara, está com ela em termos de fundo, mas acha que há vícios de forma na proposta que são muito importantes porque admite que no PDM actual há instrumentos suficientes para evitar uma ocupação turística desregrada, e isso vai influenciar o sentido de voto do PSD.

Sr. Carlos Guinote do BE, diz que ao ler o documento ficou sem o compreender. Há coisas estabelecidas e já se falou aqui na Quinta do Anjo, por exemplo, que é considerada zona turística o que é um bocado de exagero.

Não vê no documento uma explicação sobre quais são as perspectivas da Câmara, quais as razões para tomar medidas preventivas. Não lhe parece bem explicado e no resto do território, para além do que está situado como zonas turísticas, não está explícito quais as linhas mestras para implantação de unidades turísticas.

Termina dizendo que há falta de uma linha condutora. O que é que o cidadão ou os membros aqui presentes podem esperar, vamos votar em quê?

Sr. Faustino Santos do PS, ausentou-se da sala às 23,45 horas.

Sr. Presidente da Mesa, dá a palavra ao Sr. Vereador José Charneira.

Sr. Vereador José Charneira, diz que não vai responder a questões concretas mas vai fazer uma explanação da proposta e suas intenções.

O Protaml é o Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa e foi aprovado nos finais de 2004. Neste plano de ordenamento, que é feito pela Área Metropolitana de Lisboa com uma estratégia supra municipal, são definidos vários corredores ecológicos. Define-se uma estrutura ecológica principal, uma estrutura ecológica secundária e corredores de ligação entre as duas estruturas. A CCDR, entidade promotora deste plano, veio junto dos municípios manifestar a preocupação de se proteger, não só os planos directores municipais que estão em revisão como também nos próprios planos de pormenor e planos de urbanização que estão a decorrer, e respeitar estes corredores e esta estrutura ecológica que é importante.

Paralelamente a isso, e dos contactos que se foram tendo com a CCDR, resultou a preocupação não só para a CCDR como também para a Câmara que o número de camas que já tinham aprovadas, ou a ser discutidas ou para as quais a ser elaborados planos de pormenor,

como é o caso do Palmela Village que está aprovado, em curso o plano de pormenor do Alto do Pina, o plano de pormenor de Rio Frio e o plano de pormenor do Zambujal.

São planos que já estão a ser feitos e a ser acompanhados pela CCDR, e por entidades com competência na matéria, e que na sua totalidade apontam para as vinte e cinco mil camas. No curto prazo uma consolidação mais evidente com o Palmela Village, estando a parte de baixo quase feita e a parte de cima em vias de aprovação final. Também em bom andamento está o Alto de Pina e o Rio Frio, para o plano de pormenor de Rio Frio a estimativa que têm é de doze mil e quinhentas camas, ou seja metade das vinte e cinco mil.

Face a esta preocupação da CCDR, e também da Câmara Municipal, achamos que era oportuno decretarmos estas medidas preventivas para este tipo de solos existentes no município.

Estamos a falar de solos classificados no PDM como unidades territoriais de vocação turística, espaço de ocupação turística e espaços agro-florestais de categoria dois. Estes espaços florestais de categoria dois, ao contrário do que disse o Sr. Dr. Miranda Lemos, são espaços com maior dimensão e não com menos dimensão. Os espaços que têm menos dimensão são os de categoria um e categoria três e para esses não há medidas preventivas, até porque o próprio regulamento do PDM permite que de alguma forma haja um enquadramento pela Câmara Municipal para a ocupação desse tipo de espaços. Estamos a falar de zonas onde, de acordo com o nosso PDM, seria possível criar ainda unidades turísticas ou aquelas zonas que pela sua dimensão e pelo regulamento do PDM seria possível vir a criar grandes empreendimentos.

O que entendemos neste momento da nossa discussão, neste momento em que temos o Prot, em que temos o PDM em curso, em que registamos uma grande preocupação da CCDR sobre a área metropolitana de Lisboa e nomeadamente sobre a sua zona sul, em que se procura não fazer uma massificação do turismo mas sim criar turismo de qualidade, é que era bom darmos o nosso contributo e a nossa solidariedade com a área metropolitana e tomarmos esta medida que nos parece ajustada.

Esta proposta resultou de muitos contactos, muitas discussões, muitos entendimentos com a CCDR e não inviabiliza que nalgumas das outras áreas nomeadamente dos espaços agro-florestais de categoria um e três seja possível criar um turismo rural de habitação, e isso é compatível com a solução que vem no regulamento do PDM. De acordo com os indicadores nos espaços florestais de categoria um a área média de artigo é à volta de um ponto quatro hectares enquanto na categoria três é de um ponto vinte e nove hectares por artigo. Na categoria dois a média anda à volta de vinte a vinte cinco hectares por artigo.

O que se pretende é dizer claramente que, nas unidades territoriais de vocação turística e espaços de ocupação turística e também de categoria dois, onde a área de parcela é muito grande, há que pensar o território no contexto da área metropolitana de Lisboa e sobretudo da península de Setúbal.

As pretensões que já temos no momento, no curto e médio prazo, sendo o curto um a dois anos e o médio três anos, já nos dá espaço suficiente para reflectirmos e pensarmos nestas opções. Daí a apresentação desta proposta de decretar medidas preventivas para estas áreas.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por maioria, com 14 votos a favor da CDU, 5 votos contra do PS e 5 abstenções (4 do PSD e 1 do BE). Aprovado em minuta.

Sr. António Cardoso do PS, ausenta-se da sala pelas 24,00 horas.

3 – Redução da Taxa do IMI no Centro Histórico de Palmela

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Vice-Presidente se quer prestar algum esclarecimento.

Sra. Vice-Presidente, diz que aguarda que sejam colocadas questões concretas.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta quem quer intervir neste ponto.

Sr. Carlos Guinote do BE, diz que não tem nada a opor à baixa das taxas se se justificar e for demonstrado que isso vai resolver o problema, no entanto tem grandes dúvidas sobre isso.

Acha que não vão fazer obras porque a Câmara resolveu fazer um desconto. Pensa que para a recuperação são precisas medidas de fundo, é preciso discutir melhor do que esta redução que não vai resolver coisa nenhuma.

Fica bem dizer que o imposto vai baixar mas o assunto precisa de uma reflexão mais profunda.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, diz que entendem esta medida claramente insuficiente mas um sinal que a CDU está preocupada, como todos nós, com o Centro Histórico de Palmela.

Esperam que da parte da edilidade sejam tomadas outras medidas conducentes à revitalização do centro histórico que urge.

Entendendo esta proposta como um sinal de que outras medidas concertadas e atempadas virão, irão votar favoravelmente a proposta.

Sr. António Cardoso do PS, regressa à sala pelas zero horas e cinco minutos.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, depois de discutirmos uma proposta sobre empreendimentos turísticos e espaços turísticos, acha que é paradoxal que o Centro Histórico de Palmela tenha sido até agora objecto de tão pouco investimento e tão pouca atenção por parte do município, ao longo de décadas.

Se deixamos cair na ruína a maior parte do nosso Centro Histórico uma boa parte do interesse patrimonial e da motivação do turismo vai por água abaixo.

Para além disso é evidente, e está inteiramente de acordo com o que o Sr. Dr. Miranda Lemos acabou de dizer, é fundamental dar vida novamente ao Centro histórico. Nós passamos pelas casas do Centro Histórico e vemos que não estão a ser habitadas, estão à venda. É um problema complicado porque os espaços de cada casa são muito pequenos e torna-se difícil requalificar ou reabilitar casa a casa. Qualquer que seja a decisão final reabilitar por quarteirões, por ruas, por grupos de casas, acha que é uma tarefa primordial desta Câmara e desta Autarquia.

Desta forma estão totalmente de acordo com este incentivo, que porventura será modesto mas deverá existir porque é um sinal certo para que de facto os proprietários, a autarquia e eventualmente outros interesses empresariais se liguem num processo sério de requalificação do Centro Histórico.

Por fim gostaria de colocar uma questão que lhe suscitou dúvidas. A proposta tem dois parágrafos, o último é perfeitamente compreensível porque há uma redução do IMI em vinte por cento nos prédios arrendados. No primeiro parágrafo acha que falta qualquer qualificativo na parte final do parágrafo.

Sra. Vice-Presidente, solicita autorização para ser o Sr. Vereador Adilo Costa a esclarecer as questões uma vez que é o responsável pelo pelouro.

Sr. Faustino Santos do PS, regressa à sala pelas zero horas e dez minutos.

Sr. Vereador Adilo Costa, diz que vai tentar responder a algumas das questões levantadas.

Estamos a falar do Centro Histórico de Palmela ou seja de um conjunto edificado com interesse muito especial, que se destaca por ser uma malha de origem medieval ao longo da encosta norte do nosso Castelo, com uma faixa etária bastante predominante de idosos a ser desertificada e que merece e necessita de uma atenção de todos nós.

Aquilo que os senhores membros da Assembleia disseram sobre as medidas de fundo, é evidente que esta medida só por si se torna insuficiente mas temos que tentar alinhar esta medida com um conjunto de outras medidas, algumas de carácter financeiro, que no passado recente tivemos alguma atenção na redução das taxas no Centro Histórico. Agora vai este incentivo fiscal que é a redução da taxa do IMI, e esta medida tem que ser vista com outras medidas que são importantes.

Neste momento está em curso, e está feito o projecto, um programa de financiamento da responsabilidade municipal para obras de conservação geral em edifícios anteriores a 1951, mas que por questões jurídicas o regulamento está na CCDR. Existe ainda outra medida que são as pequenas reparações em habitações de idosos que neste momento também está regulamentado e será apresentado oportunamente.

Toda esta coesão levou-nos também por outro lado a medidas coercivas na área da realização coerciva de obras de conservação, não nos podendo esquecer que cabe aos proprietários a maior responsabilidade pela recuperação dos edificados. Muitas dessas medidas coercivas têm sido transformadas em apoio através de RECRIA porque temos tido o cuidado de apoiar tecnicamente e logisticamente, inclusive fazendo os projectos, para que determinados edifícios se pudessem candidatar ao programa RECRIA. Se por um lado estamos a tentar ajudar os proprietários por outro lado estamos a pressioná-los, com as medidas coercivas, para que os próprios exerçam a sua obrigação em relação aos edificados.

Em relação a este caso particular da redução de trinta por cento do IMI, diz que chegaram a analisar, e até pediram um parecer, se por um lado reduzimos e o podemos fazer em relação a um determinado conjunto de imóveis dentro do Centro Histórico ou se poderemos, em contrapartida, majorar aqueles que se recusassem a ser reabilitados. O parecer jurídico vai no

sentido que essa majoração possa ser feita para uma parte do território mas sim para todo o território. A majoração a fazer-se implica um levantamento exaustivo em todo o território, e não há nenhum proprietário que, per si, vá dizer à Câmara que o seu edifício está degradado. Deste modo terão que ser medidas complementares entre a Câmara Municipal e a Fazenda Nacional para se chegar à identificação desses mesmos edifícios, e aí sim majorarmos todos esses edifícios.

Neste momento a única coisa que poderemos fazer, e que está ao nosso alcance, é identificar ou convidar à identificação.

Em relação aos edifícios em mau estado de conservação já foram identificados numa primeira fase dois proprietários, num conjunto de quase metade dos edifícios. Informa que existe um programa que identificou um a um todos os edifícios do Centro Histórico, indicando o seu estado de degradação, as suas características, a sua importância arquitectónica, se têm ou não inquilinos, etc., no sentido de facilitar os proprietários na execução voluntária das obras e da Câmara poder emitir opinião sobre o que será mais fácil para obterem junto do IPPAR a devida autorização que é vinculativa.

Para terminar informa que saiu um diploma, em Agosto, que permite que nos prédios devolutos se sujeite ao dobro das taxas do IMI. Deste modo poder-se-á obter uma majoração que de outra forma não seria possível.

Sra. Vice-Presidente, refere que para além das questões já referidas pelo Sr. Vereador Adilo cumpre-me dizer que é importante que nos preocupemos com o nosso histórico porque é nossa obrigação consolidá-lo e ajudar a resolver os problemas existentes.

No entanto, é um problema característico de muitos Centros Históricos do nosso País tendo em conta a condição de muita propriedade privada, de um grande envelhecimento dos proprietários dos edifícios e as dificuldades financeiras para a sua recuperação.

Não é um problema da Câmara Municipal, mas esta é mais uma medida no sentido de encorajar os proprietários para a recuperação dos seus edifícios.

Por outro lado gostaria de dizer que era importante que reconhecêssemos que a Câmara Municipal tem dado algum contributo, não só nas medidas que o Sr. Vereador acabou de referir, mas também ao nível dos edifícios que têm vindo a construir, e reconstruir, uma grande parte deles no Centro Histórico e que procuramos ser exemplo para os proprietários. Refere como exemplo o Mercado Municipal, a Biblioteca, a escola 1º. Ciclo EB na Quinta da Cerca, a Casa Mãe Rota de Vinhos, o edifício no Largo de São João e o Cine Teatro São João, entre outros.

Esta é mais uma medida que estamos certos irá ao encontro desta grande estratégica que temos para implementação de obras de recuperação do nosso Centro Histórico.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se mais alguém quer intervir.

Sr. Engº. Fernando Nascimento do PSD, diz que ao ler o documento deparam com algumas palavras como "… a possibilidade de.." e "…pode contribuir…" que são palavras que pressupõem probabilidade ou hipótese. Julga a medida correcta na sua essência mas peca por se tornar um conjunto de suposições e possibilidades caso não haja um acompanhamento que garanta a efectivação destas medidas. Deste modo propõe que a Câmara Municipal arranje um

mecanismo de controle para verificar se esta medida, que é bastante positiva, está ou não a ter o efeito que se pretende.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade, com 25 votos a favor (14 da CDU, 6 do PS, 4 do PSD e 1 do BE). Aprovado em minuta.

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão cerca das 00,30 horas do dia 26 de Setembro de 2006, tendo sido lavrada a presente acta, que eu Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores redigi e subscrevi.

Palmela, 26 de Setembro de 2006